

**GREVE
NACIONAL
DOS DOCENTES
FEDERAIS 2015****UFMT****ANDES**
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

MEC RECEBE O COMANDO NACIONAL DE GREVE DO ANDES-SN

Após esperar por quase uma hora, diretores do ANDES-SN e representantes do nosso Comando Nacional de Greve (CNG) foram recebidos, nessa terça-feira (23), pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC). Essa foi a primeira reunião com representantes do governo, desde o início da greve, em 28 de maio.

Todavia, contrariando a expectativa dos professores, de que seria iniciado um processo de negociação efetiva com base na pauta de reivindicações apresentada pelo Movimento Docente, as respostas da Sesu/MEC não sinalizam nenhuma abertura de negociação efetiva com a categoria.

Após duas horas de explicações de como o MEC está trabalhando dentro dos cortes impostos pelo governo em seu ajuste fiscal, o secretário da Sesu/MEC, Jesualdo Farias, disse que as questões relativas à carreira docente pode-

riam ser tratadas num futuro grupo de trabalho.

Em relação à valorização salarial de ativos e aposentados, Farias acredita que é necessário aguardar a resposta do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Para o presidente do ANDES-SN, Paulo Rizzo, o documento apresentado pela Sesu/MEC, como resposta à pauta do Sindicato Nacional, não reconhece as reivindicações da categoria docente, e ainda aponta para a aprovação do PL 2177/2011, que prevê reforçar a autonomia das universidades, mas via privatização.

Em suma, conforme Rizzo, "... o que nos foi apresentado não responde à nossa pauta de reivindicações, e vai na contramão da mesma, pois aponta que aparentemente está tudo bem. Agora é o momento de intensificar e ampliar a nossa greve. É hora de parar para fazer o

governo negociar efetivamente com os professores federais".

Vigília em frente ao MEC

Enquanto acontecia a reunião com a Sesu/MEC, docentes de diversas IFE's que compõem o CNG se concentraram em frente ao prédio do Ministério, em ato de vigília. A atividade contou com o apoio e participação da Fasubra, do Sinasefe e do Sindicato dos Servidores Públicos do DF (Sindsep-DF).

Os docentes fizeram intervenções ressaltando que os problemas aumentaram com os cortes de R\$ 9 bilhões da educação.

Diversas seções sindicais do ANDES-SN pelo país também realizaram atos de vigília, com manifestações, debates e aulas públicas.

Fonte: Com informações do ANDES-SN

Foto: ANDES-SN



QUADRO ATUALIZADO DA DEFLAGRAÇÃO DA GREVE NAS IFE's:

Nº	SEÇÃO SINDICAL	IFE	Nº	SEÇÃO SINDICAL	IFE
01	ADUFAC	Universidade Federal do Acre	20	APRUMA	Universidade Federal do Maranhão
02	ADUA	Universidade Federal do Amazonas	21	ADUFCG	Universidade Federal de Campina Grande
03	SINDUFAP	Universidade Federal do Amapá	22	ADUFCG-PATOS	Universidade Federal de Campina Grande - Patos
04	ADUFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia	23	ADUC	Universidade Federal de Campina Grande - Cajazeiras
05	ADUFPA	Universidade Federal do Pará	24	ADUFMAT	Universidade Federal do Mato Grosso
06	SINDUNIFESSPA	Univers. Federal do Sul e Sudeste do Pará	25	ADUFMAT- ROO	Universidade Federal do Mato Grosso - Rondonópolis
07	ADUFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará	26	CAMPUS GOIÁS	Universidade Federal de Goiás
08	ADUNIR	Universidade Federal de Rondônia	27	ADCAJ	Universidade Federal de Goiás - Jataí
09	SEDUF-RR	Universidade Federal de Roraima	28	ADUFDOURADOS	Universidade Federal da Grande Dourados
10	SEDUFT	Universidade Federal de Tocantins	29	ADUFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
11	SINDCEFET-PI	Instituto Federal do Piauí	30	CAMPUS JATAÍ	Univ. Federal de Mato Grosso do Sul - Três Lagoas
12	ADUFERSA	Universidade Federal Rural do Semiárido	31	ADUFF	Universidade Federal Fluminense
13	ADUFAL	Universidade Federal de Alagoas	32	ADUF RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
14	ADUFS	Universidade Federal de Sergipe	33	ADUFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
15	ADUFPB	Universidade Federal da Paraíba	34	ADUNIFESP-SSind	Universidade Federal de São Paulo
16	SINDUNIVASF	Universidade do Vale do São Francisco	35	ADOM	Univers. Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
17	APUB	Universidade Federal da Bahia	36	ADUFLA	Universidade Federal de Lavras
18	APUR	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	37	UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
19	ADUFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia	38	ANDES-SN UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul



NOVAS ADESÕES À GREVE

Os professores da UFRJ, reunidos em Assembleia Geral, aprovaram adesão à greve nacional dos professores federais a partir de 23/06.

Na votação, que contou com a participação de docentes não sindicalizados, foram 193 favoráveis e 167 contrários à greve.

Além da UFRJ, também aderiram à greve as universidades federais do Rio Grande do Sul, São Paulo e Triângulo Mineiro.

Com informações da ADUFRJ

PROFESSORES DA UFMT DEBATEM PAUTA INTERNA DA GREVE E AVALIAM REUNIÃO COM O MEC

Os professores da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) iniciaram, em Assembleia Geral realizada nessa quinta-feira, 25/06, o debate sobre alguns itens para elaboração da pauta interna do movimento, que teve início no dia 28/05.

Na próxima semana, os docentes darão sequência às discussões sobre a pauta em nova assembleia.

Os professores também iniciaram uma avaliação sobre a primeira reunião com o governo desde o início greve, realizada no dia 23, em Brasília. De acordo com o Comando Nacional de Greve, nenhuma das reivindicações da categoria foi atendida. A orientação é, então, de fortalecimento da greve.

Para eles, os argumentos do governo refletem plenamente os interesses do setor empresarial e podem ser facilmente desconstruídos. “O MEC [Ministério da Educação] não diz isso, mas esse documento representa perfeitamente a política do governo, de plena abertura para privatiza-

ções, terceirizações, contratação via Organização Social e modelos de prestação de serviço tipo Ebserh e Uniselva. Ou seja, tudo que vai contra o nosso projeto de universidade, pensado desde a década de 1980”, disse a professora Sirlei Silveira.

Os documentos - carta de reivindicações dos docentes, resposta do MEC e avaliação do Andes-SN (Sindicato Nacional) - estão disponíveis nas páginas da Adufmat (www.adufmat.org.br) e do Andes - SN (<http://grevenasfederais.andes.org.br/>).

Atendendo ao pedido do Andes - SN, para que os Comandos Locais de Greve encaminhem avaliação sobre o primeiro encontro com o MEC, os docentes voltarão a se debruçar sobre o assunto em assembleia geral marcada para a próxima terça-feira, 30/06, às 8h30.

Luana Soutos
Assessoria de Imprensa do
Comando Local de Greve

Foto: Luana Soutos



SALÁRIO DOCENTE PERDE DE CARREIRAS SIMILARES DENTRO DO SERVIÇO PÚBLICO

Sai governo, entra governo, mas o discurso a favor da Educação, com valorização de seus profissionais, não muda. Na prática, porém, não é isso o que se verifica em um levantamento feito junto às tabelas de remuneração dos servidores públicos federais, disponibilizadas pelo Ministério do Planejamento na página www.servidor.gov.br. A série existe desde 1998 (não existem os dados de 1999, ano para o qual foram repetidos os valores anteriores, para construção do gráfico).

Foram comparados dados de duas carreiras similares, no primeiro nível com exigência de doutorado, ativos: Professor Adjunto 1 com Doutorado em regime de Dedicção Exclusiva (hoje em dia, o salário é igual para o professor DIII 1 da carreira de EBTT); Pesquisador do Ministério de Ciência e Tecnologia, com doutorado. Os valores somam os vencimentos básicos com a máxima gratificação a que os servidores tinham/têm direito (algumas foram incorporadas, ao longo dos anos, como a GED dos professores). Para evidenciar a diferença de tratamento com os docentes, vale comparar os vencimentos do primeiro nível da carreira de Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), para a qual não existe necessidade de doutoramento.

Em 1998, um professor, nessas condições, recebia um pouco mais que os colegas das outras carreiras: R\$ 3.388,31, contra R\$ 3.128,25 do pesquisador do IPEA e R\$ 2.662,36 do pesquisador do MCT. Essa situação perdurou até 2003, quando os quadros do IPEA passaram a receber mais. Em 2009, os docentes federais foram ultrapassados também pelos pesquisadores do MCT. Desde então, apesar de apresentarem uma ligeira aproximação com os servidores do ministério de Ciência e Tecnologia, os professores continuaram desprestigiados.

Confira na tabela ao lado a série histórica das diferenças salariais entre essas carreiras.

Tendência preocupante

Esta tendência à desvalorização é preocupante, sobretudo por não haver nenhuma previsão de reajuste salarial para os professores federais a partir do ano que vem. O Andes-SN chama a atenção para este fato que, a médio prazo, compromete a dedicação exclusiva e o caráter público da universidade. Trata-se de uma importante pauta da greve nacional em curso, pois esta tendência precariza as condições de trabalho dos professores federais da mesma maneira que ocorreu com a carreira dos professores do estado e do município.

Fonte: ADUFRJ

	IPEA	MCT	MF
1998	3.128,25	2.662,36	3.388,31
1999	-	-	-
2000	3.443,51	3.390,99	3.718,43
2001	3.443,51	3.390,99	3.718,43
2002	3.564,03	3.509,66	4.149,94
2003	5.049,78	3.813,82	4.251,89
2004	5.930,08	4.662,62	5.686,54
2005	6.810,39	4.622,62	5.686,54
2006	8.160,5	5.307,03	6.135,77
2007	8.484,53	5.307,03	6.135,77
2008	8.484,53	5.307,03	6.497,16
2009	12.413,65	10.350,68	6.722,85
2010	12.960,77	10.350,68	7.333,67
2011	12.960,77	10.350,68	7.333,67
2012	12.960,77	10.351,33	7.627,02
2013	13.608,81	10.716,04	8.618,53
2014	14.275,64	11.099,27	9.536,86
2015	15.003,7	11.822,07	10.007,23

Fonte: www.servidor.gov.br



UMA GREVE DE RESISTÊNCIA

No dia 18/06, o Prof. Dr. Amauri Fragoso (UFPB- Campina Grande) desenvolveu um excelente debate, contextualizando a carreira docente no cenário político-econômico brasileiro dos últimos anos.

Com o tema "Repercussões conceituais e financeiras sobre a Carrera docente", o professor demonstrou, inclusive com dados estatísticos, que os docentes têm perdido muito com as últimas alterações da carreira e defendeu a greve. "Essa greve é, antes de tudo, de resistência. Se não sairmos dela com ganhos, pelo menos poderemos dizer que houve resistência com relação à perda de direitos já conquistados".



CRISE DO CAPITAL E LUTA DE CLASSES

A atividade realizada no dia 24/06 teve a exposição do Prof. Dr. Ivo Tonet (UFAL) acerca do tema "A crise contemporânea e os impactos na Educação".

Em sua análise, a partir da perspectiva marxiana, a crise é real e nos afeta tanto no aspecto econômico, quanto político, social e cultural. Além disso, para o professor, a classe Trabalhadora teria se perdido como protagonista no processo histórico de transformação social, abrindo espaço ao caráter reformista e se afastando do revolucionário.

Para retomar a luta em defesa da emancipação humana, onde as relações de trabalho não sejam de exploração, o professor sugeriu que as primeiras ações sejam resgatar, na perspectiva teórica, o caráter revolucionário da classe trabalhadora e colocá-la, novamente, como dirigente do processo de transformação social.

ANDIFES PEDE CONTINUIDADE DAS NEGOCIAÇÕES ENTRE MEC E GREVISTAS

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) enviou ao Ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, um ofício solicitando a continuidade das negociações com as entidades representativas das categorias em greve nas Universidades Federais. O assunto também foi discutido ontem (18), na Câmara dos Deputados, em reunião da Frente Parlamentar Mista Pela Valorização das Universidades Federais, com representantes da Federação de Sindicato de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Pública do Brasil (Fasubra) e da Andifes.

As duas ações da Associação em relação às paralisações foram no sentido de que as negociações ocorram com efetividade. No documento enviado ao Ministro, a Andifes argumenta que as paralisações trazem prejuízos ao funcionamento regular destas instituições, e quanto mais cedo os movimentos grevistas forem encerrados, melhor para as universidades, para o Ministério da Educação (MEC) e para o interesse público.

O pedido de intervenção da Andifes, para

auxiliar na retomada da interlocução entre MEC e sindicatos, foi feito por representantes das três das categorias de técnico-administrativos e docentes, quando recebidos na semana passada pelo Conselho Pleno dos reitores. A necessidade de continuidade das negociações foi reafirmada ontem na reunião da Frente Parlamentar, que contou com a participação do comando de greve da Fasubra, das deputadas Margarida Salomão, Moema Gramacho, deputado Paulo Pimenta e da senadora Fátima Bezerra.

A deputada Margarida Salomão, como presidente da Frente, assumiu o compromisso de iniciar um diálogo com o Governo. Na reunião da Frente também ficou definido que será solicitada uma audiência com o Ministro Renato Janine e articuladas duas audiências públicas, uma no Senado e outra na Câmara dos Deputados, para discutir a pauta legislativa, das Universidades Federais, de interesse dos docentes e técnicos.

A Andifes estava representada pelo secretário executivo, Gustavo Balduino, que informou aos participantes sobre o envio do ofício ao Ministro e falou a respeito da

suspensão do registro dos alunos aprovados no SisU. Segundo o secretário, os reitores vão despender todos os esforços para realização das matrículas e têm a certeza da compreensão dos trabalhadores das universidades, já que essa atividade atende aos interesses da sociedade, jovens brasileiros e é uma atividade essencial. “A greve não pode ser contra a sociedade, em especial aos jovens que estão ingressando nas Universidades Federais. Eles devem ser recebidos de braços abertos”, disse Balduino.

Fonte: ANDIFES

Foto: FASUBRA



PROFESSORES ESPALHAM FAIXAS COM SUAS REIVINDICAÇÕES PELA UFMT

Como encaminhamento da Assembleia Geral do dia 19/06, o Comando Local de Greve elaborou faixas contendo as reivindicações docentes para cobrir todo o Campus da UFMT de Cuiabá. Serão 25 faixas coloridas, com frases que contemplam vários pontos das pautas nacional e local. Abaixo, algumas delas:

ESTAMOS EM GREVE

Contra cortes orçamentários: pela ampliação das bolsas de pós-graduação.

ESTAMOS EM GREVE

Pela reestruturação do Plano de Carreira

ESTAMOS EM GREVE

Pelo reestabelecimento da data-base: 1º de maio

ESTAMOS EM GREVE

Pela correção salarial: 27,3%

ESTAMOS EM GREVE

Pela destinação de 10% do PIB para a Educação Pública

A GREVE É

Pela aprovação da PEC 555/06 que extingue a cobrança previdenciária dos aposentados